

A ACUMULAÇÃO INTEGRAL E A DINÂMICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Nildo Viana*

O capitalismo pode ser compreendido como modo de produção ou como sociedade. No primeiro caso, trata-se do modo de produção capitalista e, no segundo, trata-se da sociedade capitalista. A sociedade capitalista não engloba apenas o modo de produção capitalista, mas também as formas sociais derivadas, que Marx denominou, metaforicamente, como “superestrutura”, bem como modos de produção subordinados. Assim, a sociedade capitalista é um termo mais amplo que traz no seu interior um conjunto de relações sociais, incluindo o modo de produção capitalista, as formas sociais e os modos de produção subordinados.

O nosso objetivo aqui é analisar o capital na contemporaneidade. Entenda-se por capital uma “relação social” (MARX, 1988), embora tal termo possua outros significados, tanto na concepção marxista quando em outras abordagens (econômicas, sociológicas, entre outras). O capital não é qualquer relação social e sim relações sociais específicas, que são as relações de produção capitalistas. Logo, o nosso foco de análise é o modo de produção capitalista, constituído pelas relações de produção capitalistas e forças produtivas.

No entanto, não é possível compreender o modo de produção capitalista de forma isolada, pois ele não só gera formas sociais fundamentais para a sua reprodução, como o aparato estatal, as formas jurídicas, instituições, a produção e reprodução cultural, como também é determinado por elas. Sem dúvida, o modo de produção capitalista é a determinação fundamental da sociedade, mas as formas sociais são parte da realidade e também atuam sobre ele. Esse é um processo complexo, no qual se concebe o real como algo concreto, “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1983) e, que, portanto, é uma totalidade na qual as partes se relacionam e se determinam, apesar de existir uma determinação que é fundamental (VIANA, 2007), que é justamente o modo de produção capitalista. Assim, o nosso foco é o modo de produção capitalista, mas abordaremos, brevemente, outros aspectos da sociedade capitalista que é importante para compreendê-lo.

A nossa análise do modo de produção capitalista, no entanto, não visa reconstituir seus elementos constitutivos e sim sua historicidade e, principalmente, sua manifestação

* Doutor em Sociologia/UNB e professor na Faculdade de Ciências Sociais/UFG.

contemporânea. O objetivo da análise é entender o modo de produção capitalista hoje. Por isso nosso trajeto será analisar as mutações formais do modo de produção capitalista e para isso abordaremos os regimes de acumulação, que expressam a sua historicidade. Num segundo momento, analisaremos o regime de acumulação integral, a forma atual do modo de produção capitalista, e seu desenvolvimento histórico. Um elemento que vai além do regime de acumulação integral, mas que é importante para compreendê-lo, é a renovação hegemônica que ocorre a partir de sua instauração, o que será abordado brevemente. Por fim, trataremos do seu processo recente de desestabilização e suas tendências.

Regimes de Acumulação e Desenvolvimento Capitalista

O modo de produção capitalista não é estático, ele é histórico, como tudo que existe. A categoria de historicidade é fundamental para a compreensão da realidade. A historicidade pode ser marcada pela permanência ou pela ruptura. A historicidade, quando manifesta uma permanência, pode ser sob a forma de estagnação ou evolução. Quando é marcada pela ruptura, significa transformação, revolução. O modo de produção capitalista possui uma historicidade marcada pela permanência e pela tendência para a transformação devido suas contradições internas e desafios externos. Porém, os elementos constitutivos e fundamentais do modo de produção capitalista continuam existindo e se reproduzindo. A essência do modo de produção capitalista se encontra nas relações de produção capitalistas. Estas são caracterizadas pela produção de mais-valor, gerando o capital e a acumulação de capital. A produção de mais-valor, por sua vez, continua existindo, assim como as classes constituídas nessa relação, a burguesia e o proletariado, bem como as relações de distribuição, o chamado “mercado”, entre outros elementos.

Desta forma, o modo de produção capitalista parece estático, sem mudanças. No entanto, ele muda. É preciso entender que ao mesmo tempo que ele permanece, ele muda. Para compreender isso é necessário superar as antinomias do pensamento burguês (VIANA, 2019), no sentido de não se limitar à antinomia entre “continuidade” e “descontinuidade”, pois ambos, na realidade concreta, podem coexistir, bem como se suceder ou apenas um se manifestar. Para entender esse processo, as categorias filosóficas de Hegel, assimiladas e desenvolvidas por Marx, de essência, existência e aparência, são fundamentais. No caso do modo de produção capitalista, o que permanece é sua essência, seus elementos constitutivos e que o caracterizam, e o que muda é a sua forma, sua existência, manifestação concreta histórica e particular (as diferenças nacionais, por

exemplo). Isso significa que é uma mutação formal que convive com a conservação do seu conteúdo. O modo de produção capitalista altera sua forma, sua manifestação existencial, e reproduz a sua essência. No plano da consciência imediata, não-refletida (ou dominada por concepções ideológicas) isso não é perceptível, e por isso o mais comum é ficar no “reino das aparências” e, assim, pensar em mudanças constantes e essências que inexistem. Por isso é fundamental entender as mutações do modo de produção capitalista, que marcam a história do capitalismo. O desenvolvimento capitalista é marcado pelas mutações formais do modo de produção capitalista.

É nesse contexto que ganha importância o conceito de regimes de acumulação, pois ele permite a compreensão da historicidade do capitalismo. O conceito de regime de acumulação teve sua origem na produção intelectual de diversos pensadores. A chamada “escola da regulação” (LIPIETZ, 1988) foi a primeira a desenvolver de forma mais sistemática essa ideia, e alguns pesquisadores passaram a trabalhar com tal termo, com ou sem alterações, visando analisar o desenvolvimento histórico do capitalismo (HARVEY, 1992; BENAKOUCHE, 1980). Porém, não é nosso objetivo realizar uma arqueologia desse conceito, mas apenas assimilá-lo formalmente atribuindo a ele um novo significado (VIANA, 2009; VIANA, 2015; VIANA, 2016).

O conceito de regime de acumulação mais adequado é aquele que o compreende a partir da ideia de luta de classes. Para compreender a mutação formal do modo de produção capitalista é necessário entender sua essência. A essência do modo de produção capitalista é a produção de mais-valor. O processo de produção de mais-valor é uma relação de classe, fundada na exploração. O proletariado produz um excedente além do necessário para garantir o equivalente ao seu salário e repasse do valor dos meios de produção, que, uma vez produzido, é apropriado pela classe capitalista. Esse processo de exploração tem como consequência a acumulação de capital. A razão disso, tal como foi explicado por Marx (1988), é que o capitalista, ao obter o lucro, o utiliza em parte como renda (seu consumo pessoal) e parte como capital, que é reinvestido, gerando a reprodução ampliada de capital¹.

¹ Obviamente que aqui temos uma síntese extremamente breve focalizando os aspectos essenciais do modo de produção capitalista, que envolve diversos outros elementos que não poderemos abordar aqui, tais como a questão da mercadoria, do valor de uso, valor de troca, trabalho assalariado, trabalho produtivo, trabalho improdutivo, mais-valor relativo, mais-valor absoluto, entre dezenas de outros conceitos que expressam a realidade desse modo de produção. A análise clássica do modo de produção capitalista é a obra de Marx (1988) e é suficiente recorrer a ela para ter uma compreensão mais profunda desse fenômeno. Aqui, em uma ou outra passagem, teremos que lançar mão de alguns conceitos que não sintetizamos aqui, mas que podem ser consultados na obra do autor de *O Capital*.

A dinâmica da reprodução ampliada do capital, por sua vez, gera o processo no qual ocorre um crescente processo de centralização e concentração de capital, gerando, os oligopólios. Esses elementos mostram o caráter universalizante e expansionista do modo de produção capitalista. O capital só pode subsistir se ampliando constante e indefinidamente. Por isso ele invade o conjunto das relações sociais, mercantilizando tudo, bem como se expande espacialmente (emergiu na Europa e se alastrou por todos os recantos do planeta). E isso não ocorre sem contradições, sem processos complementares, entre outros aspectos. Cabe destacar aqui apenas dois desses elementos que serão importantes para a continuidade de nossa reflexão: a tendência declinante da taxa de lucro e o significado do Estado capitalista nesse processo de reprodução do capital.

A tendência à queda da taxa de lucro é derivada da composição orgânica do capital e traz também contratendências (MARX, 1988). A composição orgânica do capital expressa o *quantum* de força de trabalho, trabalho vivo, e capital fixo (meios de produção), trabalho morto, que entra no processo de produção. Quanto mais se desenvolve o capitalismo e a tecnologia, maior é a proporção de capital, trabalho morto, em detrimento do uso da força de trabalho, trabalho vivo. Tendo em vista que o gerador de mais-valor é a força de trabalho, então a taxa de lucro tende a cair, visto que o capital fixo não gera um novo valor, apenas repassa o seu valor às mercadorias.

Neste contexto, o Estado capitalista possui uma tarefa fundamental para garantir a reprodução do capital, que é sempre ampliada e necessita ser dessa forma. O capital só sobrevive se ampliando e a manutenção do capitalismo significa a manutenção da sua reprodução ampliada. A chamada “escola derivacionista” contribuiu ao analisar a relação entre modo de produção capitalista e Estado, colocando este como derivado daquele (SALAMA; MATHIAS, 1981; HIRSCH, 1990). O aparato estatal é fundamental para a acumulação capitalista, pois ele permite o investimento onde os capitais privados não consideram lucrativo, fornece infraestrutura, coordena a economia em geral (política financeira, industrial, etc.), bem como é o principal agente no combate à tendência declinante da taxa de lucro (VIANA, 2015).

O caráter universalizante do modo de produção capitalista é explicado por uma outra necessidade para a sua reprodução: a invasão de todas as relações sociais (universalização) através da mercantilização e tudo que lhe acompanha. A mercantilização das relações sociais gera um processo de transformação de tudo em mercadoria ou mercancia. O modo de produção capitalista, em seu estágio inicial, se voltava principalmente para a produção de roupas, meios de produção, entre outros bens

materiais, e, com o passar do tempo assumiu a produção de móveis residenciais, aparelhos eletrodomésticos (GRANOU, 1974) e, posteriormente, ampliou com produtos tecnológicos (rádio, TV, automóvel) até chegar contemporaneamente com os modernos computadores, celulares, etc. A produção alimentar, por sua vez, se torna cada vez mais capitalista, gerando uma redução quantitativa drástica do campesinato e da pequena propriedade. Porém, ela também gera um processo de criação de mercancias, que significa a transformação de bens culturais e coletivos não produzidos no âmbito das relações de produção capitalistas e sim das relações de reprodução (relações de distribuição, ou seja, mercado) e formas sociais (“superestrutura”), ganhando valor de troca. Esse é o caso da produção artística, serviços, entre outros processos².

A expansão do modo de produção capitalista traz a questão da constituição do capitalismo mundial. A acumulação primitiva de capital foi alavancada pelo colonialismo, bem como o neocolonialismo e as formas do imperialismo que lhe sucederam foram fundamentais para o prosseguimento da acumulação capitalista, porquanto não apenas permitia a reprodução ampliada com a ampliação do mercado consumidor e fontes de matérias-primas, como também possibilitava uma nova escalada de exploração, a internacional, que se revelava, no final, um aumento da exploração do proletariado nos países de capitalismo subordinado. A transferência de mais-valor dos países capitalistas subordinados para os países capitalistas imperialistas se tornou um dos principais sustentáculos da acumulação capitalista.

Após esta breve discussão sobre a acumulação capitalista, podemos retomar a questão do regime de acumulação. O processo de acumulação de capital possui como elementos fundamentais a produção de mais-valor, que é a relação entre a classe operária e a classe capitalista no processo de produção de bens materiais, a ação estatal que permite a reprodução dessa relação e as condições para a acumulação capitalista e, por último, as relações internacionais. Nesse sentido, um determinado estágio da acumulação capitalista, que reveste uma forma específica de exploração do proletariado, significa uma mutação nas relações de trabalho (fundamentalmente no processo de valorização), no aparato estatal (que não só cria as condições internas de uma nação para a acumulação,

² Sem dúvida, há um entrelaçamento entre produção de mercadorias e consumação de mercancias. Por exemplo, enquanto uma música pode ser mercancia, através dos direitos autorais, ela, quando materializada num suporte tecnológico (desde o disco vinil até os CDs e outros mais contemporâneos) se torna parte componente de uma mercadoria, que é um bem material produzido no âmbito das relações de produção capitalistas. Nesse caso, a produção de um CDs, por exemplo, requer relações de trabalho capitalistas e proletários para produzi-los, enquanto uma música sem suporte material não. Uma discussão sobre o conceito de mercancia pode ser vista em Viana (2018).

mas também é o responsável pela regularização jurídica das mudanças no processo de trabalho e nas relações internacionais), na exploração internacional. O que é perceptível, nesse caso, é que em todos estes elementos se revela o processo de exploração. A classe capitalista impõe reformulação no processo de exploração via aparato estatal e relações internacionais, gerando um aumento na extração de mais-valor. Isso significa que um regime de acumulação é caracterizado por uma determinada correlação de forças entre as classes sociais (especialmente as fundamentais, burguesia e proletariado) que se estabiliza num determinado momento do desenvolvimento capitalista.

Logo, ao contrário das concepções economicistas, um regime de acumulação só pode ser entendido como determinado estágio da luta de classes. Em grandes linhas, podemos apontar a história do capitalismo como a sucessão de regimes de acumulação (VIANA, 2009; ORIO, 2020). Esses regimes de acumulação foram o extensivo (período da revolução industrial), o intensivo (de meados do século 19 até 1945), o conjugado (de 1945 até aproximadamente 1980) e o integral, que é o atual e emergiu nos anos 1980 em alguns países e se espalhou pelo mundo posteriormente (VIANA, 2009; VIANA, 2015). Além desses dois regimes de acumulação, emergiram dois outros, o regime de acumulação bélico durante o nazifascismo na Alemanha e Itália, de curta duração, e o regime de acumulação estatal, na antiga URSS e países do chamado “bloco socialista”, no fundo, um capitalismo estatal (VIANA, 2019). Assim, a sucessão de formas assumidas pela organização do trabalho, aparato estatal e relações internacionais apontam para essa sucessão de regimes de acumulação³.

O regime de acumulação integral

O nosso foco aqui é o atual regime de acumulação, pois é ele que nos permite entender o capitalismo contemporâneo. A sua gênese remonta a crise do regime de acumulação conjugado e o seu processo de constituição. Não poderemos desenvolver uma

³ Não será possível, por questão de espaço, desenvolver esses elementos, mas podemos sintetizar da seguinte forma: regime de acumulação extensivo (estado liberal, extensividade como forma de organização do trabalho, neocolonialismo), regime de acumulação intensivo (estado liberal-democrático, taylorismo, imperialismo financeiro), regime de acumulação conjugado (estado integracionista, mais conhecido como “Welfare State”, fordismo, imperialismo oligopolista transnacional), regime de acumulação integral (estado neoliberal, toyotismo, hiperimperialismo). Sem dúvida, cada um desses elementos mereceria uma longa reflexão, a qual não poderemos fazer. Seria necessário tanto análises históricas quanto esclarecimentos conceituais, bem como alertar da complexidade desse processo, tal como a coexistência desses elementos e a hegemonia de um deles e não simplesmente inexistência, tal como no caso do neocolonialismo ou fordismo, que não deixaram de existir e sim de serem hegemônicos, cuja duração da subsistência varia. Esses aspectos foram desenvolvidos em outras obras (VIANA, 2009; VIANA, 2015; ALMEIDA, 2020; BRAGA, 2018; VIANA, 2019).

análise mais ampla desse processo, mas tão somente apontar as linhas gerais de seu desenvolvimento.

O regime de acumulação conjugado emergiu a partir dos escombros da Segunda Guerra Mundial e a divisão do mundo em duas grandes potências, os EUA e a antiga URSS. Nesse contexto, o novo regime de acumulação consegue se consolidar e manter sua estabilidade até meados dos anos 1960. Porém, no fim dessa década, a crise se instaura. Ela tem dois elementos. O rápido processo de acumulação de capital gerou um desenvolvimento tecnológico veloz que, no final os anos 1960 gera um declínio da taxa de lucro (HARVEY, 1992; BEAUD, 1987). Essa situação impulsiona processos sociais que eram marginalizados, mas ganham novo espaço, tal como a cultura contestadora que se fortalece e, mais no final da década eclode com força lutas estudantis e operárias, bem como a radicalização de alguns movimentos sociais. O momento mais radical e que foi o momento de crise mais profunda do regime de acumulação integral foi durante o Maio de 1968 na França, no qual a luta estudantil que clamava pela autogestão foi acompanhada pela maior greve da história da França, com mais de dez milhões de operários parados e ações proletárias, incluindo a criação de conselhos de fábrica.

Essas lutas foram derrotadas, apesar de subsistir ainda outras ações radicais (a greve na LIP, na França, nos anos posteriores, a Revolução Portuguesa, em 1974, etc.). Os anos 1970 foram marcados pela transição do regime de acumulação conjugado para o regime de acumulação integral. As mudanças culturais se expressam através de uma renovação do leninismo na Europa, bem como a emergência do marxismo autogestionário, acompanhados pela geração do paradigma subjetivista e ideologias correspondentes, como o pós-estruturalismo⁴. Assim, a busca de alternativas no âmbito das relações de trabalho se consolida com a chamada reestruturação produtiva que avança nos anos 1980, com a adoção do toyotismo e outros processos de mutações no âmbito da produção, acompanhadas pela mutação estatal com o surgimento do neoliberalismo como forma hegemônica de organização estatal.

O neoliberalismo surge com os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan e se espalham pelo mundo posteriormente. O hiperimperialismo que acompanha esse processo aponta para a intensificação da exploração internacional, envolvendo processos como acordo comerciais de livre comércio, como a Alca, intensificação da exploração dos trabalhadores do capitalismo subordinado (gerador de um maior *quantum* de

⁴ Nesse período se iniciou uma contrarrevolução cultural preventiva (VIANA, 2009) que culminou com a emergência e hegemonia do paradigma subjetivista (VIANA, 2019).

transferência de mais-valor para os países capitalistas imperialistas), entre outros processos.

Por conseguinte, o regime de acumulação integral marca a nova fase do capitalismo mundial. A mutação nas relações de trabalho significa uma busca de aumento da taxa de exploração através da combinação de extração de mais-valor relativo e mais-valor absoluto, aumento da produtividade sob a forma toyotista, terceirização, precarização e corrosão dos direitos trabalhistas. A tecnologia é utilizada nesse processo de forma ampla, bem como o controle do processo de trabalho ganha este poderoso aliado. O sistema de luzes, kan-ban, just-in-time, vídeo-vigilância, aliados com um suposto “participacionismo” dos trabalhadores, tal como o CQQ – Círculos de Controle de Qualidade, a pluriespecialização, entre outros aspectos, são partes desse processo. Assim, a estratégia do capital é aumentar a extração de mais-valor, seja o mais-valor relativo através do aumento de produtividade, seja o mais-valor absoluto, com o processo de terceirização e corrosão dos direitos trabalhistas, permitindo um aumento da jornada de trabalho e outros processos similares.

O Estado neoliberal é fundamental nesse processo, pois regulariza essas novas relações de trabalho e ainda segue uma política financeira que busca o controle da inflação, da dívida pública, entre outros processos, aliados com uma política de contenção dos gastos estatais (especialmente com a diminuição dos gastos com políticas de assistência social) e uma mais intensa política de repressão. Esses processos podem ser vistos nas mudanças institucionais e jurídicas, bem como na nova política financeira, dominada pelo monetarismo. A excessiva preocupação com a moeda, a inflação, controle da taxa de juros, entre outros processos, visam garantir estabilidade financeira, cortes dos gastos estatais, o que significa uma rearticulação que redireciona a repartição da renda estatal. Nesse contexto, o Estado neoliberal desmantela as diretrizes do Estado integracionista, especialmente o intervencionismo estatal na economia e as políticas de “bem-estar social”.

A convivência de aumento da taxa de exploração, precarização do trabalho, e processos correlatos, com diminuição de políticas sociais, significa um aumento da pobreza, criminalidade e violência. Esse processo gera a necessidade de um aparato estatal mais repressivo, ou, como diziam alguns ideólogos, “mínimo” (em políticas sociais) e “forte” (em repressão) (BOBBIO, 1988). Nesse momento, emerge uma outra face do neoliberalismo: um Estado “forte”, altamente repressivo, ou, segundo expressão

do sociólogo Löic Wacquant, um “Estado penal”. A política de tolerância zero emerge nesse contexto em Nova Iorque e se espalha pelo mundo (WACQUANT, 2001)⁵.

O Estado neoliberal no capitalismo subordinado passou a seguir a diretriz do “livre mercado”, enquanto que o dos países imperialistas apontavam para o protecionismo. A crise do regime de acumulação conjugado gerou novas necessidades para o capital e este reagiu no sentido de criar as condições para a recuperação da acumulação capitalista. O hiperimperialismo, que doravante passa a ter os Estados Unidos como o grande timoneiro sem um rival à altura, com a crise do capitalismo estatal na URSS, intensifica a superexploração internacional, tal como ocorreu no México com a ALCA (e não sem razão que emergiram nesse país as lutas sociais em Chiapas e, posteriormente, a Comuna de Oaxaca), bem como as invasões militares e outros processos.

Em síntese, o regime de acumulação integral conseguiu garantir o retorno da estabilidade capitalista, ameaçada no final dos anos 1960 e com dificuldades nos anos 1970. Os anos 1980 foram marcados por um aumento drástico da exploração e sendo perpassados por conflitos, sendo que apenas na década seguinte é que uma nova estabilidade se estabeleceu. Essa nova fase do capitalismo não foi bem compreendida e somente com o passar do tempo algumas análises começaram a produzir uma percepção mais ampla do contexto. Isso, no entanto, foi algo marginal. E a razão disso se deveu a um outro obstáculo que emergiu: um novo paradigma dificultou – e ainda dificulta – a percepção da realidade do capitalismo contemporâneo.

Regime de acumulação integral e renovação hegemônica

O regime de acumulação integral gera uma profunda mutação cultural no capitalismo. Os germens dessa mutação remetem à derrota do Maio de 1968. Um ano após tal derrota os primeiros sintomas começam a emergir. É na França, local onde a luta foi mais radicalizada, que eles emergem de forma mais ampla e imediata. Em 1969, Jacques Le Goff assume a liderança da Escola dos Annales, influente tendência da historiografia mundial. Nesse momento, a historiografia passa a ser dominada pelo que

⁵ As mudanças sociais são acompanhadas por mudanças culturais. É justamente dessa época que emerge o crescimento de interesse pela temática da violência nos meios acadêmicos, bem como, no caso dos Estados Unidos, na produção artística em geral. As histórias em quadrinhos se tornam cada vez mais violentas. Isso pode ser visto na série American Flagg [Bandeira Americana], nas histórias de Batman, tal como *A Piada Mortal*, entre diversas outras. E, no cinema, entra em moda os “filmes de ação”, recheados de violência, com suas estrelas cinematográficas: Sylvester Stallone, Jean-Claude Van Damme, Arnold Schwarzenegger, entre outros. Na produção intelectual, a violência é naturalizada por uns, se transforma em “responsabilidade moral” ou individual, para outros, etc. No fundo, a violência é banalizada culturalmente para que seja aceita sua banalização real.

se chamou “história em migalhas” (DOSSE, 2003). Michel Foucault, antigo estruturalista, se aproxima brevemente do maoísmo esquerdista (que teve certa relevância durante o Maio de 1968 e foi além do maoísmo moderado, devido à chamada “Revolução Cultural Chinesa” e ao clima político francês) e depois adere ao pós-estruturalismo (MANDOSIO, 2011). Os antigos estruturalistas, em crise depois do retorno da história representado pelo Maio de 1968, se tornam, em sua maioria, “pós-estruturalistas”.

Esse processo pode ser melhor entendido se compreendermos o desenvolvimento capitalista e sua relação com as mudanças culturais. O modo de produção capitalista muda de forma, mas mantém seu conteúdo. Da mesma forma, a episteme burguesa mantém seu conteúdo e muda suas formas (VIANA, 2018). A episteme burguesa possui algumas características essenciais que assumem configurações específicas, enfatizando aspectos antes desprezados, gerando uma centralidade no que era periférico, etc. A cada regime de acumulação, a episteme burguesa assume uma forma específica que denominamos paradigma⁶. Os paradigmas são processos mentais subjacentes que rearticulam os elementos da episteme burguesa constituindo um modo de pensar geralmente não percebido pelos próprios produtores e reprodutores. Eles se tornam perceptíveis através de determinadas ideologias. Os paradigmas hegemônicos possuem uma ligação íntima com o regime de acumulação em cada época do capitalismo. Assim, no regime de acumulação extensivo houve o iluminismo (antes das revoluções burguesas) e o romantismo (pós-revolucionário), bem como no regime de acumulação intensivo o positivismo e, no regime de acumulação conjugado, o reprodutivismo⁷.

O que nos interessa aqui, no entanto, é o paradigma hegemônico no regime de acumulação integral. Esse regime de acumulação gera um retorno ao “liberalismo” num contexto de intensa e extensa oligopolização do capitalismo mundial. Ele não expressa

⁶ Edgar Morin (2001) e Thomas Kuhn (1991) apresentam uma concepção que tem pontos semelhantes, mas também há diferenças, pois nós inserimos o conceito de paradigma numa reflexão mais ampla sobre episteme burguesa, bem como apontamos o seu processo de constituição social e vínculo com os regimes de acumulação. A semelhança é mais na definição e em aspectos formais.

⁷ Esse vínculo se estabelece pelas necessidades do capital e tarefas econômicas e políticas da burguesia (e, por conseguinte, do aparato estatal) no sentido de reproduzir a acumulação capitalista. A necessidade da burguesia, num determinado momento, aponta para a estatização, tal como ocorreu no regime de acumulação conjugado e, noutro momento, para uma versão liberal, tal como existiu antes e depois deste regime de acumulação. As ideologias hegemônicas são vinculadas a tais necessidades e o holismo se vincula às concepções políticas estatistas (Estado integracionista, fascista, nazista, etc.) e o individualismo se vincula às concepções liberais (neoliberalismo, por exemplo). E isso se revela em outros planos das antinomias burguesas, tais como objetivismo/subjetivismo; iluminismo/romantismo, etc., embora possa haver mesclas e adaptações. Os paradigmas são processos mentais subjacentes, embora geralmente não-conscientes, mas podem assumir um maior grau de consciência, dependendo de qual paradigma se trata. Esse é o caso, por exemplo, do paradigma organicista, que, por ser mais pragmático e menos desenvolvido intelectualmente, se vinculava de forma mais explícita com o nazifascismo (VIANA, 2019).

um capitalismo livre-concorrencial, que é coisa do passado, e sim um capitalismo oligopolista mundial. O neoliberalismo tem como fundamentação ideológica o “livre mercado” e a liberdade individual, justificativas para as novas políticas estatais. A responsabilização da sociedade civil e dos indivíduos em âmbito de retirada de políticas de assistência social, gera uma legitimação e iniciativas variadas de substituição de ação estatal por ação civil. O individualismo assume importância nesse contexto, bem como a ideia de “empreendedorismo”, “empoderamento”, entre outras formas de responsabilizar os indivíduos ao mesmo tempo justificar a restrição da ação estatal. Isso gera um participacionismo neoliberal em substituição ao participacionismo integracionista⁸.

Assim, a ideia de sujeito, bem como de “subjetividade” ganham espaço e complementam esse processo. A ênfase no sujeito se torna fundamental, tanto no nível “cognitivo” quanto no político. O sujeito pode ser o indivíduo, como no neoliberalismo e neoindividualismo que emerge e se fortalece (com suas consequências: hedonismo, narcisismo exacerbado, etc.), um sujeito coletivo (tal como expresso na política de identidades) ou, ainda, “múltiplos sujeitos”. É isso que se observa em variadas ideologias e representações correspondentes ao novo paradigma, como o neoliberalismo, pós-estruturalismo, multiculturalismo, política de identidades, etc. Esse sujeito pode ser interpretado como aquele que faz “escolhas racionais” ou, o que é mais comum, uma “máquina desejanse” (GUATTARI, 1986). Elementos do romantismo são recuperados e Nietzsche se torna uma forte influência. A razão é criticada e em seu lugar aparece a ideia de subjetividade⁹.

Nesse contexto, há uma mutação cultural de grandes proporções. A questão da objetividade, da totalidade, entre outras, são abandonadas e substituídas pela centralidade do sujeito e subjetividade. Esse processo se torna poderoso, vai se alastrando pela sociedade, dominando os meios acadêmicos e intelectuais e chegando até os movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil. Sem dúvida, isso não ocorre sem uma política cultural que pode ser vista através da força dos organismos internacionais, com destaque para a UNESCO, mas também FMI, Banco Mundial, Fundações Internacionais (Ford, Rockefeller, etc.), institutos, aparatos estatais (VIANA, 2019). A recusa da

⁸ Jock Young (2002) percebe alguns aspectos desse processo. O interessante é a mudança de perspectiva em relação aos marginalizados pela sociedade capitalista. O Estado integracionista visava integrar os indivíduos e os grupos marginais na sociedade capitalista via adaptação destes e o Estado neoliberal visa inclui-los marginalmente através do reconhecimento das diferenças.

⁹ Uma análise mais desenvolvida e detalhada desse processo, com sua complexidade, pode ser vista em Viana (2019).

totalidade é uma característica fundamental do novo paradigma. A força do paradigma hegemônico o faz onipresente, dominando os setores oposicionistas da sociedade (leninismo, anarquismo, etc.). Poucos escapam de sua força avassaladora. E, assim, a realidade do regime de acumulação integral gera um novo paradigma e este o legitima e justifica (com suas ideologias e representações), bem como o reforça.

Sem dúvida, outras concepções e até paradigmas continuam existindo e com maior ou menor força, dependendo do país e do momento. O paradigma positivista ainda existe, embora marginalizado, assim como o reprodutivista. Algumas tendências oposicionistas resistem, mas seja através de um ecletismo que incorpora e, portanto, reproduz, o paradigma subjetivista hegemônico (setores do anarquismo, leninismo, etc.) ou se agarram dogmaticamente nas suas concepções, sem conseguir esboçar uma crítica mais ampla e radical do subjetivismo. Por outro lado, o marxismo – na versão atualizada do marxismo autogestionário – persiste e se desenvolve, gerando a crítica tanto do paradigma hegemônico atualmente quanto dos demais¹⁰.

A Dinâmica do Regime de acumulação integral

Todo regime de acumulação possui uma historicidade. A ideia de historicidade é fundamental para o marxismo e uma das principais categorias da dialética. Já a destacamos ao tratar da historicidade do modo de produção capitalista. Porém, os regimes de acumulação também possuem uma historicidade. Assim como houve uma sucessão de sociedades na história da humanidade (cuja determinação fundamental eram os modos de produção, que, igualmente, se sucederam no processo histórico), há também, na história do capitalismo, uma sucessão de regimes de acumulação. Contudo, é preciso compreender que a cada regime de acumulação, a reprodução do capitalismo fica mais difícil. Além disso, é preciso compreender também que um regime de acumulação não é estático. Ele surge, se desenvolve e desaparece. Foi assim com todos os regimes de acumulação anteriores ao integral e assim será com este.

A historicidade dos regimes de acumulação é marcada por ciclos: ciclo de constituição, ciclo de consolidação, ciclo de dissolução (VIANA, 2016). Todo regime de acumulação possui um ciclo de constituição, marcado pela formação, ascensão e

¹⁰ A esse respeito é possível consultar as obras de Yvon Bourdet (BOURDET, 1978; VIANA, 2020a; GUILERM; BOURDET, 1976), Alain Guillerm (GUILLEM; BOURDET, 1976), Maurício Tragtenberg (PEIXOTO VIANA, 2020; TRAGTENBERG, 1989), Nildo Viana (SILVA, 2020; MARQUES; MAIA, 2018; VIANA, 2008) e outros (VIANA, 2020b), bem como toda uma corrente crítica que emergiu a partir de 1968, embora, fora do marxismo autogestionário e com ambiguidades, tal como no caso das várias tendências autonomistas.

expansão. Ele se forma no interior do regime de acumulação anterior, consegue se tornar predominante e se expande mundialmente. Esse processo é acompanhado, em seu final, pelo ciclo de consolidação, quando há seu fortalecimento e estabilização. Nesse momento, ele reina absoluto e sem grandes oposições (VIANA, 2016). Ele consegue a estabilidade, que é temporária, mas os ideólogos apresentarão a ideia de sua “eternização” e isso parecerá verdadeiro, tanto pela sua força real na sociedade quanto por sua hegemonia (paradigma, ideologias, representações, etc.) cultural. Porém, esse ciclo também se encerra e emerge o da dissolução. Este é marcado pelo enfraquecimento, desestabilização, crise, que pode gerar reconfiguração parcial e processos de desestabilização e crise, até chegar à sua crise final (VIANA, 2016). Cada ciclo é complexo e não há linearidade, havendo contradições e múltiplas determinações.

O regime de acumulação integral desenvolve tais ciclos e por mais que os ideólogos queiram eternizá-lo, ele é histórico e caminha para o seu fim. Assim, se o regime de acumulação conjugado teve o seu W. W. Rostow, o regime de acumulação integral teve o seu Francis Fukuyama¹¹. Esses ideólogos, que fazem sucesso numa temporada, são esquecidos noutra. Eles, no entanto, deveriam ser recordados, no sentido de mostrar que as ideologias que recusam a história são recusadas por ela inevitavelmente e isso ocorre de forma real e não via discursos falaciosos.

O ciclo de formação do regime de acumulação integral aponta para a já aludida crise do final dos anos 1960 e algumas experiências dos anos 1970 que seriam rearticuladas para constituir a mudança necessária para o capital. Assim, a crise do regime de acumulação conjugado gerava a necessidade de se pensar alternativas, mas os ideólogos e governantes possuem dificuldades para pensar fora do paradigma hegemônico e das diretrizes políticas e econômicas em voga. Mas, num contexto de crise, o paradigma hegemônico se enfraquece, bem como começa a se esboçar novas diretrizes econômicas e políticas. Nesse contexto, a Comissão Trilateral apontou para a tentativa de solução da crise do regime de acumulação conjugado via reforço de suas tendências, mas, ao mesmo tempo, anunciando alguns elementos que estariam presentes no futuro regime

¹¹ W. W. Rostow (1974) foi o autor da “*As Etapas do Desenvolvimento Econômico*”, cujo subtítulo era “*Um Manifesto Não-Comunista*” e que se fundamentava num evolucionismo apologético, no qual a industrialização gerou uma sociedade de consumo e chegaria a uma sociedade de abundância (e o capitalismo subordinado estava numa fase evolutiva anterior e em breve chegaria à sociedade de consumo e depois à fase da abundância). Sem dúvida, a história mostrou o equívoco de Rostow. Fukuyama (1992), em 1992, foi autor de “*O Fim da História e o Último Homem*”, no qual afirmava que a democracia (neo)liberal era a última etapa da história, e fez bem mais sucesso que Rostow. E, novamente, a história derrota aqueles que a recusa.

de acumulação. Esse é o caso de suas indicações sobre aumento da exploração internacional e maior repressão estatal (ASMAN, 1979). Outro elemento é a experiência privatizante no Chile durante o regime militar, sob inspiração de economistas neoliberais¹². O toyotismo, emergente no Japão, por sua vez, começa a chamar a atenção e nos anos 1980 passa a ser componente do novo regime de acumulação, no âmbito das relações de trabalho.

Assim, os anos 1980 foram de instauração do regime de acumulação integral e sua generalização, inicialmente na Europa (além dos EUA) e depois para o resto do mundo. Na América Latina, por exemplo, começa a emergir no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. A crise do capitalismo estatal da antiga URSS e dos países componentes do mesmo bloco, favoreceu esse processo e permitiu a hegemonia quase que absoluta do neoliberalismo, o que Ignácio Ramonet (2020) denominou “pensamento único”. As políticas neoliberais, as novas relações de trabalho e a intensificação da exploração internacional, elementos que caracterizam o regime de acumulação integral, permitiram um aumento do processo de exploração e, por conseguinte, uma retomada do ritmo de acumulação de capital. A estabilidade financeira e outros processos permitiram um período de tranquilidade para a classe capitalista.

Porém, subterraneamente ocorria um empobrecimento da população nos países capitalistas imperialistas, o que gerou a ideologia da “exclusão social”, emergente na França, bem como um processo de ampliação da lumpemproletarização a nível mundial (BRAGA, 2013; VIANA, 2009). Ao lado disso, a favelização (DAVIS, 2006) e outros processos se efetivaram. Por isso, também subterraneamente, o descontentamento aumenta. Em certos lugares explodem lutas sociais radicalizadas, como em Chiapas (México) e Argentina, bem como ocorre a reemergência de uma cultura contestadora e ações como a do chamado “movimento antiglobalização”. O regime de acumulação integral se defronta

¹² Muitos insistem em dizer que o Chile expressou a primeira experiência neoliberal, e os economistas da “Escola de Chicago”, tal como Milton Friedman, terem sido consultores de Augusto Pinochet parece confirmar tal ideia. No entanto, não se tratou de um Estado neoliberal, pois ocorreu num regime ditatorial (o que é bem contrário às diretrizes neoliberais e seus fundamentos ideológicos) e não se manifestou plenamente, pois apenas o caráter privatizante é que se destacou e se materializou nessa experiência, sendo que os demais aspectos ou não existiram ou foram desenvolvidos de forma muito rudimentar. Por outro lado, a base real do neoliberalismo, as mudanças nas relações de trabalho ainda não haviam começado e o processo de regularização deste pelo estado ditatorial chileno, obviamente, não poderia ocorrer. O Estado Neoliberal emerge, na verdade, na Inglaterra e Estados Unidos, nos anos 1980, e somente em análises que deixam de lado a totalidade (extraindo e isolando elementos do conjunto das relações sociais) é que poderia atribuir a um país do capitalismo subordinado de regime ditatorial a criação original do neoliberalismo, sendo que foi, no máximo, um experimento de um, ou alguns aspectos deste, que nem sequer era o seu elemento essencial.

com novos problemas e lutas sociais radicalizadas começam a reemergir. Isso pode ser considerado uma desestabilização moderada e relativa, ou um enfraquecimento, que abre espaço para o seu aprofundamento e já gera um endurecimento político do neoliberalismo.

Após isso, lutas esporádicas emergem em vários lugares, inclusive protestos no capitalismo imperialista, algo que havia praticamente desaparecido, como ocorreu na França em 2005. Assim, a estabilidade começa a ruir a partir dos anos 2000, mas há uma rearticulação nessa década do neoliberalismo, no qual se substitui as políticas universais do Estado integracionista pelas políticas segmentares do Estado neoliberal e a estabilidade econômica permitiu um avanço do neoliberalismo assistencialista via essas iniciativas e outras para os setores mais empobrecidos¹³. Os partidos de esquerda começaram a ganhar eleições e se submeteram às diretrizes neoliberais, abandonando qualquer projeto social-democrata em favor de políticas paliativas, assistencialistas e segmentares, bem como ampliou a responsabilização da sociedade civil. Nesse contexto, há uma convergência entre os adeptos do liberalismo democrático, metamorfoseado agora como neoliberalismo progressista¹⁴, e as esquerdas, realizando uma espécie de fusão entre os setores mais democráticos do bloco dominante e os setores mais moderados do bloco progressista¹⁵. Simultaneamente há um endurecimento no aspecto repressivo com um

¹³ Esse é o caso das iniciativas incentivadas pelo Banco Mundial de combate à pobreza. No Brasil, isso gestou alguns programas governamentais, tais como o bolsa-escola e, posteriormente, o bolsa-família.

¹⁴ Não poderemos discutir aqui a questão das várias tendências do liberalismo. O que é importante ressaltar é que o liberalismo tem distintas tendências no seu interior e sofreu mutações históricas. É possível, por exemplo, distinguir entre liberalismo nacional, liberalismo democrático, entre outras. O liberalismo democrático é um setor do pensamento liberal que une a ideia de liberdade individual e democracia representativa, bem como livre mercado com interferência estatal. A evolução do liberalismo democrático para um neoliberalismo progressista é o que ocorreu nos Estados Unidos. Nesse país, o liberalismo democrático adotou as políticas segmentares e outras concepções emergentes nas grandes instituições (organismos internacionais, fundações privadas, etc.) e assim passou a conceber a democracia representativa sob forma segmentada. Nancy Fraser (2017), apesar de sua confusão analítica, denominou esse processo como “neoliberalismo progressista”. No fundo, é um progressismo burguês, que se aproxima do progressismo da esquerda, embora esta seja ausente no caso norte-americano, a não ser de forma extremamente marginalizada. Porém, as esquerdas, tanto nos Estados Unidos quanto em grande parte do mundo, se tornaram ainda mais moderadas e se acomodaram ao neoliberalismo. Os governos de partidos de esquerda se tornaram apêndices do neoliberalismo progressista.

¹⁵ Não será possível aprofundar tal discussão, mas tão somente fazer um breve esclarecimento conceitual. Os blocos sociais são os setores mais organizados, conscientes e ativos que expressam os interesses das classes sociais, geralmente das classes fundamentais (burguesia e proletariado) e da terceira classe com maior iniciativa política, a burocracia. Assim, temos o bloco dominante, conservador, que expressa os interesses da classe dominante e agrega em torno de si outras classes superiores (setores da burocracia, intelectualidade, latifundiários – dependendo da época, etc.); o bloco progressista expressa os interesses do setor mais autonomizado da burocracia e que aglutina também setores da intelectualidade e outras classes, bem como grupos sociais, como uma parte da juventude; o bloco revolucionário expressa os interesses de classe do proletariado, que aglutina em torno de si as demais classes inferiores. Contudo, a relação entre blocos sociais e classes sociais é complexa e nem sempre a classe que tem seus interesses expressos por um bloco o apoia, tal como no caso clássico do proletariado, que tem setores que apoiam o bloco dominante e outros que se aliam ao bloco progressista, sendo insignificante a parte que se reúne em torno do bloco revolucionário, situação que somente muda em épocas revolucionárias.

crescimento do controle burocrático e estatal, inclusive com a política de contrainsurgência (VIANA, 2020c)¹⁶.

Porém, a acumulação capitalista é cíclica e depois de um período de ritmo acelerado de acumulação de capital, ela volta a dar sinais de desaceleração. Isso foi reforçado pela crise financeira de 2008. Essa crise financeira surgiu envolvida com o caráter cíclico da acumulação capitalista. No entanto, ela foi gerada pelo processo de ação governamental norte-americana com sua política financeira de contenção da inflação e outros processos, que geraram o que ficou conhecido como “bolha” (a do mercado imobiliário). A política governamental, no momento seguinte, com o aumento da taxa de juros, a fez explodir, gerando uma crise financeira nos Estados Unidos que se alastrou pelo mundo. A crise financeira, por sua vez, gerou um impacto negativo no ritmo de acumulação de capital. Assim, temos, com tal crise, o início do ciclo de dissolução do regime de acumulação integral.

Nesse contexto, a instabilidade econômica traz de volta a instabilidade política. Alguns países foram submetidos a uma nova fase do neoliberalismo, o discricionário¹⁷. O neoliberalismo discricionário é a forma temporária assumida pelo Estado neoliberal em momento de desestabilização do regime de acumulação integral e por isso pode, com uma nova estabilização relativa, desaparecer e retornar novamente. É possível que, em alguns casos, a desestabilização possa gerar formas estatais híbridas, como o liberal-conservantismo (tal como no caso brasileiro)¹⁸ ou outra forma estatal provisória ou não. Em momentos de crise do regime de acumulação integral, essas tendências se fortalecem e, nesse caso, o fascismo (nos países capitalistas imperialistas) ou regimes ditatoriais (no

¹⁶ Assim, é possível afirmar que o Estado neoliberal passa de “penal” (WACQUANT, 2001) para contrainsurgente (ZIBECHI, 2008), especialmente no capitalismo subordinado (VIANA, 2020c)

¹⁷ Ele se caracteriza por intensificar características do neoliberalismo visando a retomada da estabilidade, especialmente a repressão contrainsurgente e as chamadas “políticas de austeridade” (que podem efetivar uma intensificação da exploração, já excessiva, e redução ainda maior dos gastos estatais). Em determinados casos, ele pode intensificar apenas a repressão, em outros apenas as suas políticas econômicas, de austeridade, ou, ainda, em certos casos, a combinação de ambos. A combinação de ambos é mais comum, pelo menos temporariamente, especialmente quando emergem políticas de austeridade, pois isso tende a aumentar a reação popular, os protestos, manifestações, greves, etc. (VIANA, 2020c, p. 79).

¹⁸ A instabilidade política brasileira que emerge a partir de 2013 gerou a crise do neoliberalismo neopopulista instaurado pelo governo do Partido dos Trabalhadores e sua substituição por um neoliberalismo discricionário com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2016) e sua substituição pelo vice-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Michel Temer e, após o processo eleitoral de 2018, o governo liberal-conservantista de Jair Bolsonaro, uma mistura híbrida de neoliberalismo (representada pelo ministro da economia) e conservantismo (representado pelo presidente da República, que realizou tal aliança para conquistar apoio eleitoral de setores da burguesia). Ou seja, em poucos anos se sucederam três formas de neoliberalismo na sociedade brasileira.

capitalismo subordinado)¹⁹ podem emergir, aparecendo como novas possibilidades no contexto da desestabilização existente.

Nesse contexto, a tendência do regime de acumulação integral era caminhar para uma crise, talvez com uma breve retomada do ritmo de acumulação. Contudo, o ano de 2020 trouxe um acontecimento extraordinário que tende a gerar uma crise do regime de acumulação integral, com poucas possibilidades de superação. Trata-se da pandemia provocada pelo coronavírus. O capitalismo aprofundou o processo de internacionalização a partir do regime de acumulação integral e o fluxo de mercadorias, serviços, entre outros processos, gerou uma maior possibilidade de emergência de pandemias do que nas épocas anteriores. Essa é uma distinção quantitativa. Contudo, a passagem de uma forma estatal intervencionista para a neoliberal significou uma menor capacidade de reação estatal diante de pandemias e outros processos. Ao lado disso, o neoliberalismo reduziu os gastos sociais em educação e saúde, e essa última, mesmo nos países imperialistas, se viu numa situação de precarização. A pandemia gerou a necessidade de maior intervenção estatal (em geral, tanto na economia quanto em outras instâncias) e isso, por sua vez, não só significa ir contra as diretrizes neoliberais quanto aumentar os gastos estatais e a dívida pública. Esta, por sua vez, gera efeitos no futuro.

Por outro lado, as políticas de contenção, tendo em vista a incapacidade dos serviços (estatais e privados) de saúde de atender a demanda gerada por um vírus com alto grau de transmissibilidade e disseminação, caracterizadas fundamentalmente pela reclusão doméstica (o chamado “isolamento social”), geram impacto negativo na economia, pois diminui o mercado consumidor, atinge trabalhadores autônomos, pequenos proprietários, empresas capitalistas de grande porte, entre outros. Assim, ocorre uma queda na produção (pequena, pois, por mais que se faça discurso sobre o “trabalho imaterial” como gerador de riqueza, é o trabalho produtivo dos proletários que geram os bens materiais para a sobrevivência da humanidade e para a acumulação capitalista, o que faz com que estes não sejam dispensados facilmente de suas atividades laborais), no consumo, no setor de serviços, entre outros. Isso tende a gerar crises localizadas, desemprego, falências, retração do mercado consumidor, entre outros elementos que, somados, tendem a gerar uma forte crise econômica.

¹⁹ Nos países capitalistas imperialistas o fascismo é uma possibilidade por causa do seu caráter nacionalista e imperialista, bem como sua tendência bélica, o que é impossível no caso dos países capitalistas subordinados, com sua burguesia subordinada e incapaz de gerar um autêntico nacionalismo.

Ora, se recordarmos que o regime de acumulação integral já se encontrava em um momento de desestabilização, fica mais claro que, a partir de agora, a passagem da desestabilização para a crise se torna quase incontornável. E, com a crise do regime de acumulação integral, as soluções autocráticas se tornam ainda mais prováveis, bem como a radicalização do movimento operário e das lutas sociais em geral. Enfim, quando fomos convidados para escrever o presente artigo, o final seria sem nenhuma referência ao coronavírus e a conclusão seria que a desestabilização do regime de acumulação integral deveria desembocar em sua crise. Agora, no final de abril de 2020, essa tendência se torna quase inevitável e, junto com ela, uma crise do capitalismo. O capital hoje está a um passo do abismo.

Considerações Finais

O nosso objetivo no presente artigo foi analisar a atualidade do modo de produção capitalista, o regime de acumulação integral, bem como sua dinâmica e tendências. A análise apontou para a percepção da emergência, consolidação e desestabilização do regime de acumulação integral. A perspectiva apontava para a passagem da desestabilização para uma crise e ela se fortaleceu drasticamente com o aparecimento da pandemia do coronavírus em 2020.

Seria necessário discutir as tendências mais específicas, bem como as possibilidades de ação coletiva no interior desse contexto, o que, no entanto, tornaria muito extenso o presente trabalho. Julgamos que cumprimos com nosso objetivo e apresentamos um quadro geral do capitalismo contemporâneo, que pode ter desdobramentos em outras análises aprofundando aspectos aqui esboçados e desenvolvendo reflexões sobre questões complementares.

Referências

ALMEIDA, Felipe Mateus (org.). *O Regime de Acumulação Integral. Retratos do Capitalismo Contemporâneo*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

ASMANN, Hugo (org.). *A Trilateral – Nova Fase do Capitalismo Mundial*. Petrópolis: Vozes, 1979.

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo. De 1500 aos Nossos Dias*. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENAKOUCHE, Rabah. *Acumulação Mundial e Dependência*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOURDET, Yvon. *Teoria y Practica de la Autogestión*. Barcelona: El Cid Editor, 1978.

- BRAGA, Lisandro. *Classe em Farrapos*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.
- BRAGA, Lisandro. A Teoria do Regime de Acumulação Integral. In: MARQUES, Edmilson; MAIA, Lucas (orgs.). *Nildo Viana: Dialética e Contemporaneidade*. Lisboa: Chiado, 2018.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas*. Bauru: Edusc, 2003.
- FRASER, Nancy. From Progressive Neoliberalism to Trump – and Beyond. *American Affairs*, v. 1, n. 4, p. 46-64, inverno de 2017.
- FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GRANOU, André. *Capitalismo e Modo de Vida*. Porto: Afrontamento, 1975.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografias do Desejo. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HIRSCH, Joachim. O Problema de Dedução da Forma e da Função do Estado Burguês. In: REICHELDT, Helmut e outros. *A Teoria do Estado. Materiais Para a Reconstrução da Teoria Marxista do Estado*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- LIPIETZ, Alan. *Miragens e Milagres*. Problemas da Industrialização do Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.
- MANDOSIO, Jean-Marc. *A Longevidade de uma Impostura: Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.
- MARQUES, Edmilson; MAIA, Lucas (orgs.). *Nildo Viana: Dialética e Contemporaneidade*. Lisboa: Chiado, 2018.
- MARX, Karl *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª Edição, São Paulo: Martins Fontes, 1983a.
- MARX, Karl. *O Capital*. 5 Vols., 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 4ª edição, São Paulo: Cortez, 2001.
- ORIO, Mateus. O capitalismo no decorrer da história: a sucessão dos regimes de acumulação. In: ALMEIDA, Felipe Mateus (org.). *O Regime de Acumulação Integral. Retratos do Capitalismo Contemporâneo*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

- PEIXOTO VIANA, Alexandra. O Marxismo Autogestionário de Maurício Tragtenberg. In: VIANA, Nildo (org.). *O Marxismo Autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- RAMONET, Ignácio. *O Pensamento Único e os Novos Senhores do Mundo*. Rio de Janeiro: Edições Pirata, 2020.
- ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Um Manifesto Não-Comunista. 5ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- SALAMA, Pierre; MATHIAS, Gilbert. *O Estado Superdesenvolvido*. São Paulo. Brasiliense, 1981.
- SILVA, Rubens Vinicius da. O Marxismo Autogestionário de Nildo Viana. In: VIANA, Nildo (org.). *O Marxismo Autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre O Socialismo*. 3ª Edição, São Paulo: Moderna, 1989.
- VIANA, Nildo (org.). *O Marxismo Autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020b.
- VIANA, Nildo. “Los ciclos de los regímenes de acumulación”. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (enero-marzo 2016). Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2016/01/ciclos.html> acesso em 31/12/2016.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História – Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- VIANA, Nildo. *A Mercantilização das Relações Sociais*. Modo de Produção Capitalista e Formas Sociais Burguesas. Curitiba: Appris, 2018.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.
- VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.
- VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. O Marxismo Autogestionário de Yvon Bourdet. In: VIANA, Nildo (org.). *O Marxismo Autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020a.
- VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês*. Episteme Burguesa e Episteme Marxista. Curitiba: CRV, 2018.
- VIANA, Nildo. Regime de acumulação integral e dinâmica histórica do neoliberalismo. In: ALMEIDA, Felipe Mateus (org.). *O Regime de Acumulação Integral*. Retratos do Capitalismo Contemporâneo. Goiânia: Edições Redelp, 2020c.
- WACQUANT, Löic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

YOUNG, Jock. *A Sociedade Excludente*. Exclusão Social, Criminalidade e Diferença na Modernidade Recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZIBECHI, Raul. A Militarização das Periferias Urbanas. *Revista O Comuneiro*, n. 9, Março de 2008.

Resumo: O capital domina a sociedade moderna e assume várias formas. A mutação histórica do capital assume a forma de regimes de acumulação. O nosso objetivo é justamente analisar a forma contemporânea assumida pelo capital, compreendido como uma relação social, em sua totalidade, ou seja, como capitalismo contemporâneo. Assim, o tema abordado aqui é o regime de acumulação integral, atual fase do capitalismo, e sua dinâmica histórica. O nosso interesse centrou-se na dinâmica histórica da acumulação integral e questões correlatas. Abordamos brevemente os pressupostos teóricos necessários para entender o processo analítico e realizamos uma análise das características do regime de acumulação integral e seus efeitos culturais, bem como sua dinâmica histórica de formação, desenvolvimento e tendência para a crise. A conclusão é a de que o regime de acumulação integral, como todos os demais regimes de acumulação, tende a entrar em colapso e ser substituído por algo novo, que pode ser no sentido positivo, a emancipação humana, ou no sentido negativo, o retorno da barbárie.

Palavras-chave: Regime de acumulação integral, capitalismo, subjetivismo, neoliberalismo, desestabilização, crise.

Abstract: Capital dominates modern society and takes many forms. The historical mutation of capital takes the form of regimes of accumulation. Our objective is precisely to analyze the contemporary form assumed by capital, understood as a social relationship, in its entirety, that is, as contemporary capitalism. Thus, the topic addressed here is the regime of integral accumulation, the current phase of capitalism, and its historical dynamics. Our interest has centered on the historical dynamics of integral accumulation and related issues. We briefly address the theoretical assumptions needed to understand the analytical process and carry out an analysis of the characteristics of the integral accumulation regime and its cultural effects, as well as its historical dynamics of formation, development and tendency towards crisis. The conclusion is that the integral accumulation regime, like all other accumulation regimes, tends to collapse and be replaced by something new, which can be in the positive sense, human emancipation, or in the negative sense, the return of barbarism.

Keywords: Integral accumulation regime, capitalism, subjectivism, neoliberalism, destabilization, crisis.

* Recebido em: 05/05/2022

* Aceito em: 02/09/2022